



# O COMUM URBANO SOB O PONTO DE VISTA DA HISTORICIDADE DE PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS: O CASO DA PRAÇA COSTA PEREIRA, VITÓRIA/ES

Michela Sagrillo Pegoretti<sup>1</sup>  
Cecília Coutinho Torezani<sup>2</sup>  
Eneida Maria Souza Mendonça<sup>3</sup>

## RESUMO

Este trabalho objetiva estudar o espaço público sob o ponto de vista do “comum”, a partir da análise de práticas socioespaciais pretéritas e contemporâneas da Praça Costa Pereira, localizada em Vitória, Espírito Santo. O estudo se justifica a partir da necessidade de tratar o comum como um conceito pertinente à esfera pública, fortalecendo-o e intensificando a relação existente entre o cidadão e o domínio público. Para tanto, foram estudados os conceitos de “esfera pública” e “comum”, e analisadas as atividades desenvolvidas na área da praça ao longo de períodos de elevada relevância de sua evolução e na contemporaneidade. Como resultado, observou-se que as práticas contemporâneas se exibem como uma resistência do caráter histórico do “comum” observado na praça ao longo de sua evolução histórica, e que esse conceito pode ou não se fazer presente na esfera pública, a depender das práticas socioespaciais ali desenvolvidas.

**Palavras-chave:** Esfera Pública. Comum. Praça Costa Pereira. Vitória. Espírito Santo.

## ABSTRACT

This work aims to study the public space from the point of view of the “common”, from the analysis of past and contemporary socio-spatial practices at Praça Costa Pereira, located in Vitória, Espírito Santo. The study is justified by the need to treat the common as a concept relevant to the public sphere, strengthening it and intensifying the relationship between the citizen and the public domain. For this purpose, the concepts of “public sphere” and “common sphere” were studied, and activities developed in the square area over periods of high relevance in its evolution and contemporaneity were analyzed. As a result, it was observed that contemporary practices are exhibited as a resistance to the historical character of the “common” observed in the square throughout its historical evolution, and that this concept may not be present in the public sphere, depending on the socio-spatial practices developed there.

**Keywords:** Public Sphere. Common. Costa Pereira Square. Vitória. Espírito Santo.

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Curso de Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, michelasagrillo@yahoo.com.br;

<sup>2</sup> Arquiteta e urbanista formada pelo Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, ceciliatorezani@gmail.com;

<sup>3</sup> Professora do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, eneidamendonca@gmail.com.



## INTRODUÇÃO

Debates e discussões acerca das temáticas relacionadas aos “espaços públicos” apresentam-se pertinentes frente ao cenário de pandemia instaurado em nível mundial. No entanto, sua conceituação ainda é passível de divergentes interpretações.

A perspectiva urbanística clássica da noção de “público” se desenvolve a partir da materialização dos elementos tradicionalmente nomeados como “espaços públicos” como parques, praças, largos, ruas, entre outros. Para além dos trabalhos acadêmicos, muitos autores também se apropriam desta expressão inclusive na própria titulação de suas obras não só no Brasil, mas também no âmbito das publicações internacionais.

Assim, muitos estudos, de caráter mais geral, consideram espaços públicos aqueles de propriedade pública, de livre acesso, aquele que não é privado ou aquele que é coletivo. De fato, o espaço público não pode ser entendido só como aquele que não é privado, já que existem aí, ambiguidades de fronteiras e não apenas duas dimensões separadas; e nem mesmo pode ser entendido apenas, como aquele que contém livre acesso, já que diversos deles como hospitais e escolas não possuem como regra um acesso aberto a todos e nem por isso deixam de ter seu caráter público. Além disso, muitos não se voltam, necessariamente, à vida pública. Exemplo pode ser caracterizado em situações de espaços públicos que se privatizam em decorrência de apropriações cotidianas e, do contrário e mais positivo, espaços privados que se “pracializam”, conforme diagnosticado nos estudos de Queiroga (2001).

Queiroga (2012) em sua tese de livre-docência, baseado em uma série de estudos em especial dos filósofos Hannah Arendt e Junger Habermas, considera “espaço público” uma expressão de caráter polissêmico e abre reflexão para o conceito de “esfera pública”, o qual abrange outros espaços para além daqueles tradicionalmente classificados como públicos. Estes, por sua vez, ficam entendidos, segundo o autor, apenas a título de propriedade pública, vinculados à esfera pública ou não.

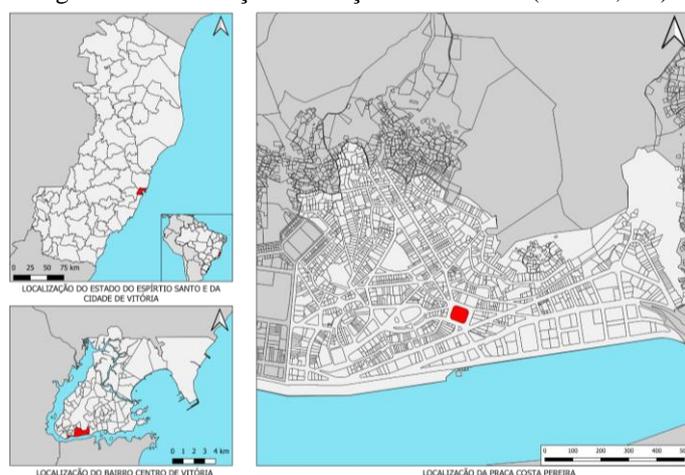
Nesta perspectiva, recorre-se ao conceito do “comum” para além da noção do público, no sentido de estabelecer parâmetros analíticos para interpretar dinâmicas da vida urbana. Segundo Dardot e Laval (2017), deve haver uma distinção entre coisas públicas e coisas comuns. As coisas públicas são retiradas do âmbito de apropriação por um ato de direito público, ao contrário das coisas comuns que não pertencem a ninguém por natureza, são inapropriáveis (ar, mar, costa, entre outros), sendo inapropriável não aquilo ao qual ninguém pode se apropriar, mas aquilo que ninguém deve tomar como propriedade, porque deve ser reservado ao uso comum. No âmbito das cidades, destaca-se a especificidade do comum

nestes espaços tipicamente urbanos, ou seja, o comum urbano, cujas investigações vêm sendo aplicadas em parques, praças, ruas e moradias coletivas, por exemplo (DELLENBAUGH et al., 2015, *apud* TONUCCI FILHO e CRUZ, 2019).

Neste contexto, as denominadas praças públicas tornam-se objeto de estudo desafiador visto se tratar de uma das possibilidades da espacialidade da esfera pública, cujas práticas socioespaciais podem ser capazes de revelar a experiência do comum.

A Praça Costa Pereira, por exemplo, localizada no Centro da cidade de Vitória, capital do Espírito Santo (Figura 1), porta-se com caráter de centralidade urbana provida por diversos elementos, entre fixos e fluxos, caracterizando-se, como espaço da esfera pública cujas práticas socioespaciais extrapolam seus limites físicos, corroborando para a dinâmica do próprio Centro.

Figura 1 - Localização da Praça Costa Pereira (Vitória, ES).



Fonte: elaborado pelas autoras a partir de informações geoespaciais fornecidas pelo Geoweb Vitória (2020).

De espaço banal e de humildes pescadores na condição de largo do século XVIII ao século XIX, a praça revelou práticas socioespaciais de caráter mais elitizado na transição do século XIX e XX, na ocasião da reformulação da cidade de Vitória sob os princípios do higienismo e ideais de ordenamento e aformoseamento da recém-criada República (CANAL FILHO, 2004). O largo, então, veio a se transformar em Praça Costa Pereira caracterizada por fortes influências europeias em seu desenho, à luz dos ideais da modernidade urbana e da ascensão da burguesia emergente, sendo considerada lugar de passeio das classes mais abastadas. Tais práticas foram se fragilizando com a perda de atratividade do Centro de Vitória no final do século XX, ocasião em que se consolidaram, ao que parece, práticas de caráter mais popular.



Dado o exposto, o artigo aqui apresentado tem como objetivo apreender a noção de espaço público a partir da concepção do conceito do “comum”, tendo como objeto empírico a historicidade das práticas socioespaciais da Praça Costa Pereira.

O que se busca alcançar é a percepção do “comum” enquanto abordagem pertinente ao se pensar a esfera da vida pública, a partir de suas especificidades. Compreender tal contexto parece ser relevante não só cientificamente, por se tratar de um conceito “recente” no âmbito acadêmico, mas também do ponto de vista social, pela possibilidade de reflexão dos espaços da esfera pública que, essenciais ao bom ambiente urbano, podem alavancar ou mesmo (re)estabelecer a relação entre o indivíduo e o domínio público. Com isso, soma-se o desafio de se apreender a noção da esfera pública à luz do comum urbano, considerando que exemplos construídos que herdamos possam revelar a atmosfera do comum a partir de intenções partilhadas e coletivas dadas pela historicidade das práticas socioespaciais.

## **METODOLOGIA**

A estratégia metodológica baseou-se em revisão bibliográfica em tema central ligado à esfera pública (ARENDR, 2001; HABERMAS, 2003; QUEIROGA, 2012) e o comum (HARDT e NEGRI, 2016; BOLLIER, 2014; DARDOT e LAVAL, 2015, 2017). Em relação ao objeto empírico, a investigação sobre as práticas socioespaciais foi realizada a partir de coleta de dados distintos. As práticas contemporâneas foram registradas a partir de visitas e observações cotidianas na Praça Costa Pereira e entorno num contexto anterior a pandemia do COVID-19, no ano de 2019. Nelas, pôde-se observar e mapear os usos e apropriações exercidos na área de estudo nos períodos matutino, vespertino e noturno, em dias distintos. Já, as práticas pretéritas, da condição da praça Costa Pereira enquanto Largo da Conceição no século XIX e praça recém inaugurada, foram mapeadas a partir da pesquisa em periódicos capixabas da Hemeroteca Nacional, levando em consideração a ocorrência de determinadas palavras chaves que remetiam ao lugar, a saber: “Praça José Marcellino”, “Praça do teatro”, “Largo da Conceição”, “Largo Costa Pereira”, “Praça da Independência” e, por fim, “Praça Costa Pereira”.

A análise se deu entre o ano de 1849, primeira ocorrência com o termo “Largo da Conceição”, e 1932, ano de inauguração do teatro Glória, que estabelece panorama das práticas presentes em tempo que extrapola a inauguração do teatro Carlos Gomes (1927) e da praça Costa Pereira (1928). A coleta de dados na Hemeroteca rastreou mais de 3000



ocorrências com os termos supracitados em um total de 15 periódicos<sup>4</sup> e foram organizadas em planilha contendo informações das categorias e tipos de práticas identificadas por ano de ocorrência (Quadro 1). Tais dados foram comparados com a análise das práticas identificadas em 2019, como forma de apreender relações do comum em quatro períodos considerados estratégicos: o período pretérito da condição da praça enquanto Largo (1870-1896); o período de transição entre largo e praça (1896-1928); o período da implementação da praça em um contexto modernizador e reformulador da cidade (1928-1932); e a contemporaneidade relacionada aos dias atuais, no caso o ano de 2019.

Quadro 1 - Exemplificação do quadro utilizado na análise dos periódicos da Hemeroteca Nacional Digital.

PERIÓDICO: <i>Diário da Manhã: Órgão do Partido Constructor</i> (ES) - 1908 a 1937			
PALAVRA CHAVE: Praça Costa Pereira			
Ano	Conteúdo: aspectos físicos e políticos	Conteúdo: práticas socioespaciais	Link para acesso
1926	Melhorias urbanas em Vitória		<a href="http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=572748&amp;Pesq=%22Pra%c3%a7a%20Costa%20Pereira%22&amp;pagfis=24725">http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=572748&amp;Pesq=%22Pra%c3%a7a%20Costa%20Pereira%22&amp;pagfis=24725</a>
		Procissão de Corpus Christi cujo itinerário passa pela praça	<a href="http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=572748&amp;Pesq=%22Pra%c3%a7a%20Costa%20Pereira%22&amp;pagfis=24928">http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=572748&amp;Pesq=%22Pra%c3%a7a%20Costa%20Pereira%22&amp;pagfis=24928</a>
1927		Festa da árvore - Comemoração do dia 21 de setembro com o plantio de árvores por colegiais ao longo dos passeios da praça	<a href="http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=572748&amp;Pesq=%22Pra%c3%a7a%20Costa%20Pereira%22&amp;pagfis=27724carnaval">http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=572748&amp;Pesq=%22Pra%c3%a7a%20Costa%20Pereira%22&amp;pagfis=27724carnaval</a>
	Instalação de iluminação pública e construção parcial da linha de bondes circular na praça		<a href="http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=572748&amp;Pesq=%22Pra%c3%a7a%20Costa%20Pereira%22&amp;pagfis=26902">http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=572748&amp;Pesq=%22Pra%c3%a7a%20Costa%20Pereira%22&amp;pagfis=26902</a>

Fonte: elaborado pelas autoras a partir de sistematização de dados disponibilizados em periódicos da hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A noção de espaço público foi dada inicialmente por dois teóricos que inspiraram outras ciências a desenvolver abordagens individualizadas: Hannah Arendt em 1958 em sua obra “A Condição Humana” (ARENDR, 2001) e Jünger Habermas em 1962 em sua tese de

<sup>4</sup> Foram analisados os seguintes periódicos disponibilizados pela hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital: A Assembleia Legislativa Provincial do ES (1833 a 1888); Correio da Victoria (1849 a 1872); Jornal da Victoria (1864 a 1869); O Espírito –Santense (1870 a 1889); A Folha da Victoria (1883 a 1888); A província do ES (1882 a 1889); O horizonte (1880 a 1885); Commercio do ES (1892 a 1910); Almanak do Estado ES (1899); Estado Espírito Santo-Ordem e progresso (1890 a 1911); Relatório Presidente Estado Brasileiros (1892 a 1930); Mensagem Governador ES (1892 a 1930); Diário da manhã (1908 a 1937); Jornal oficial (1905 a 1907); Vida Capichaba (1925 a 1940).



livre-docência intitulada “Mudança estrutural da esfera pública” (HABERMAS, 2003). Suas concepções nos levam a apreender a “esfera pública” como “esfera da ação” (política).

A visão de Arendt (2001) tomada a partir da Grécia Antiga tem profunda relação com a organização do poder na cidade. Para ela, a esfera pública está associada como lugar da ação<sup>5</sup> de natureza política e coletiva, que se realiza através da palavra e do discurso, manifestada pela co-presença de indivíduos livres<sup>6</sup> intercomunicando-se com seus pares, fato que fundamenta o âmbito político e a possibilidade de uma vida em liberdade. Assim, a vida na *polis* era o lugar da grandeza da existência humana, onde “todos” eram iguais<sup>7</sup>. Já a esfera privada representava o centro da desigualdade, da hierarquia, da força (ARENDR, 2001).

É verdade que esta igualdade na esfera política muito pouco têm em comum com o nosso conceito de igualdade; significava viver entre os pares e lidar somente com eles, e pressupunha a existência de «desiguais»; e estes, de fato, eram sempre a maioria da população na cidade-estado. A igualdade, portanto, longe de ser relacionada com a justiça, como nos tempos modernos, era a própria essência da liberdade; ser livre significava ser isento da desigualdade presente no ato de comandar, e mover-se numa esfera onde não existiam governo nem governados (ARENDR, 2001, p. 42).

A autora aponta uma progressiva desvalorização da esfera de vida pública provocada pela era moderna, que contribuiu para a completa extinção da diferença da vida privada e pública devido à submersão de ambas na esfera social enquanto elemento central das estruturas econômicas a qual conjecturou uma sociedade de operários e de assalariados<sup>8</sup>, onde se concentram em torno da única necessidade para manter a subsistência: o “labor”, contrastando com a “ação” que marcara a vida pública na Antiguidade. Assim, o surgimento da sociedade de massa vai privilegiar ao invés da ação e do discurso, um comportamento padrão, deixando de lado a racionalidade. Os interesses particulares a partir daí foram

---

<sup>5</sup> Entre as atividades humanas fundamentais enquadradas no que a autora denomina de *vitaactiva* (ação, trabalho e labor), a ação é a única que não pode existir fora da sociedade dos homens e da presença de outros já que o trabalho (relacionado ao artificialismo da existência humana) e o labor (relacionado às atividades biológicas do homem) estão restritos ao âmbito privado das necessidades.

<sup>6</sup> Eram excluídos deste contexto homens sem bens, mulheres e escravos. Estes, no entanto, como escravos no trabalho doméstico, viabilizaram o tempo livre e a participação dos homens livres na vida pública.

<sup>7</sup> Há de se ressaltar a partir da abordagem da autora que a inclusão somente de homens livres na esfera pública provocou restrições de certas classes ao ato da ação política a partir da realidade de igualdade e participação intrínsecas às sociedades democráticas atuais, o que nos leva a refletir sobre aspectos de “restrição” relacionados aos espaços tradicionalmente dito públicos, na contemporaneidade.

<sup>8</sup> A formação de uma esfera pública burguesa está vinculada ao contexto europeu. No Brasil, tal classe se consolidou somente no século XX, originária da elite agrária (RANGEL, 1981 apud QUEIROGA, 2012).



incorporados a espaços da vida pública, descaracterizando a esfera pública e seus pressupostos.

Considera-se que, na abordagem de Arendt, dois pontos são fundamentais no que diz respeito à condição pública da vida: a ação de natureza política na busca de valores coletivos e a copresença de pessoas como pré-requisito para tal ação. Outro ponto a ser destacado para reflexão é a restrição dada a certas categorias da sociedade na vida pública da Antiguidade Clássica.

Trazendo a concepção do modelo de vida pública defendido pela autora para a realidade contemporânea, tomadas as devidas proporções em relação à organização política moderna e à realidade brasileira, a ação coletiva que caracteriza a vida pública, para além da noção de “discurso” ou deliberação políticos, poderia ser rebatida no caso deste artigo, a partir das práticas socioespaciais<sup>9</sup> de indivíduos ou grupos sociais onde a noção de “público” possa ser compreendida como a possibilidade do “algo comum” implícito nestas práticas-ações, a partir das interações sociais entre os envolvidos.

Enquanto Arendt (2001) propõe um modelo de constituição da esfera pública pautado na realidade da Antiguidade Clássica e estabelece a esfera pública condicionada à ação política exclusivamente, Habermas (2003) faz sua abordagem a partir da era moderna e da sociedade burguesa. Assim, no contexto das sociedades capitalistas, a esfera pública criada é mais complexa e ampla, ultrapassando a ação política arendtiana, já que vai abranger demandas do mundo da vida, inclusive da esfera privada, constituindo-se como mediadora entre Estado e sociedade, por meio da burguesia.

Na interpretação de Cassete (2008) a partir de Habermas, o fato da esfera pública estar entre o Estado e a sociedade é justificado pelo contrapeso à autoridade estatal dado pela sociedade burguesa culta e letrada, que acaba tornando pública sua esfera privada da vida por meio de discussões em cafés, salões e outros espaços afins, como forma de questionar o sistema de dominação vigente. Forma-se então uma esfera distinta do Estado, onde a questão pública tem como fundamento central a racionalização. Assim, a esfera privada é valorizada na esfera pública, por meio de discussões racionais, mas sem o controle das decisões (que cabem ao Estado).

Os dois filósofos destacam a necessidade da distinção entre aquilo que é público e o que é privado nas sociedades contemporâneas, visto que é papel da esfera pública se

---

<sup>9</sup> Práticas socioespaciais são entendidas a partir de Souza (2018, p.239): “a prática espacial é uma prática social” (SOUZA, 2018, p. 239) e toda prática social é uma ação ou conjunto delas no âmbito das relações sociais.



posicionar como intermediária entre os poderes públicos e os interesses privados. Quando a distinção deixa de existir na era moderna<sup>10</sup> com o estabelecimento dos Estados Nacionais, a esfera pública política perde seu sentido para os autores.

Em suma, enquanto a esfera pública de Arendt em *A Condição Humana* é a do discurso/consenso sobre assuntos de interesse comum e não privados, excluindo desta abordagem o Estado enquanto ente que impõe hierarquias; a de Habermas, em *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, é a da deliberação de diversos aspectos, não apenas do âmbito político, mas também da esfera e interesses privados, onde o Estado exerce a função da tomada de decisões em relação às propostas levantadas na esfera pública burguesa.

Queiroga (2012), no entanto, avança em relação ao estudo inicial de Habermas na perspectiva de abordagens complementares do autor em obras posteriormente publicadas<sup>11</sup> e, reportando a reflexão para a realidade brasileira e contemporânea na condição de arquiteto urbanista, considera que a esfera pública geral é toda a vida em público (debate político, ação comunicativa, inclusive cotidiana e em espaços virtuais e privados) e abrange nela a esfera pública política, em movimento dialético. Assim, baseado em Habermas, Queiroga amplia o escopo de análise da esfera pública para além da ação política, no âmbito de uma esfera pública geral, ambas podendo ser apreendidas tanto em espaços de propriedade pública como privadas<sup>12</sup>. “Há que se observar e reconhecer qualidades na vida “em público” mesmo nas ações cotidianas não intencionalmente políticas” (QUEIROGA, 2012, p.49). Tal abordagem parece se aproximar das questões das dinâmicas tipicamente urbanas respaldadas também pelas práticas socioespaciais.

Relacionando-se com o proposto por Queiroga, Pierre Dardot e Christian Laval (2017) realizam análise sobre as esferas da atividade humana propostas por Cornelius Castoriadis para além das esferas pública e privada propostas por Arendt. Os autores partem do pressuposto de que existem três esferas de atividade humana: a estritamente privada – correspondente ao lar –, a pública/privada ou socioeconômica – na qual os cidadãos se encontram sem relação direta com questões políticas para se dedicarem a atividades e

---

<sup>10</sup> Os autores possuem pontos de vistas distintos neste sentido em relação ao tipo de valorização para assuntos privados que em Arendt deve estar privado da luz do público e em Habermas é valorizado na própria esfera pública burguesa (ARENDR, 2001; HABERMAS, 2003).

<sup>11</sup> Destacam-se dentre as obras, a “Teoria da Ação Comunicativa”, publicada na década de 1983 e a obra “Entre naturalismo y religión”, publicada em 2005, obras não tão exploradas em estudos no Brasil.

<sup>12</sup> A concepção de que os espaços privados possam ser espaços da esfera pública não é consenso entre pesquisadores dos espaços públicos no Brasil.



interações sociais e econômicas –, e esfera pública/pública ou política – na qual se realizam deliberações e decisões de assuntos comuns (CASTORIADIS, 1945-1997, *apud* DARDOT e LAVAL, 2017). Ao compreender que a devida execução das deliberações requer a participação da coletividade nos processos de tomadas de decisões, a abordagem de Dardot e Laval possui estreita relação com o pensamento de Hannah Arendt no que tange à construção coletiva do processo democrático no âmbito político. No entanto, os autores reconhecem que a esfera privada/pública também se associa ao fazer político.

Os estudos de Dardot e Laval se relacionam, também, ao princípio do comum, temática que traz novas reflexões para o debate do “público”, e que é abordada como uma teoria política por Michael Hardt e Antonio Negri em sua obra “Commonwealth” de 2009. Hardt e Negri (2016)<sup>13</sup> afirmam que, como efeito da globalização, tem-se um mundo comum, ou seja, compartilhado por todos, quer se concorde com os princípios vigentes ou não. Por comum, os autores entendem duas categorias distintas: a material e a artificial. O comum material está associado às riquezas naturais, como o ar e a água, e o artificial às produções sociais, como o conhecimento, imagens e afetos resultantes da interação social (HARDT e NEGRI, 2016).

David Bollier (2014) contribui para a discussão ao compreender o comum para além de coisas ou recursos, mas como um princípio que une determinada comunidade e suas práticas sociais, normas e valores na gestão de um recurso. Ou seja, o comum como uma combinação entre recursos, comunidade e práticas sociais.

Contudo, em relação ao contexto mundial contemporâneo, Hardt e Negri (2016) entendem que a lógica neoliberal vigente coloca em risco a existência do comum, em decorrência da constante expansão da propriedade privada. Na verdade, os autores, assim como Dardot e Laval (2015), apontam que tal princípio existe para além da dicotomia público-privado, pois qualquer forma de propriedade representa uma ameaça à sua existência. Isso se deve à atual adequação do Estado às lógicas de mercado, que fazem com que a propriedade sob sua gestão não ofereça mudanças sociais substanciais, tornando-o apenas um tipo especial de proprietário (DARDOT e LAVAL, 2015, 2017).

Dessa forma, segundo Dardot e Laval, o comum surge entre os movimentos sociais como uma forma de questionamento e oposição à ampliação da propriedade “a todas as esferas da sociedade, da cultura e da vida” (DARDOT e LAVAL, 2017, p.16), contestando e propondo uma nova forma de superação do capitalismo através do “imperativo social do uso

---

<sup>13</sup> Tradução em português da obra “Commonwealth” (HARDT e NEGRI, 2009).



comum” (DARDOT e LAVAL, 2015, p.262). Dardot e Laval explicam que “o comum” não se opõe ao “público”. Em verdade, o comum almeja conservar a destinação social presente nessa tipologia de propriedade, somente não se enquadra nos moldes da “propriedade”. Assim, estabelecem uma série de princípios para a instituição do comum, dentre os quais se destacam: o comum como princípio político; o fato de que cabe às práticas coletivas decidirem se algo é ou não comum, não sendo, portanto, um caráter inerente a nada e passível de ser observado tanto em algo material – como o alto-mar –, como imaterial – descobertas científicas, por exemplo; o comum não exige a supressão da propriedade privada, apenas a sua subordinação, assim como do mercado, limitando-os e eliminando o direito de abuso do proprietário, que não mais poderá tomar decisões em relação à propriedade que se vinculam exclusivamente aos seus próprios interesses; e, por fim, seu caráter inapropriável, por estar reservado ao uso comum, compreendendo a distinção entre apropriação-pertencimento, na qual alguma coisa é objeto de propriedade, e a apropriação-destinação, na qual se torna apropriada para determinado fim.

Em suma, entende-se que o cenário neoliberal vigente distancia a propriedade pública de suas verdadeiras funções associadas à defesa dos interesses e necessidades sociais, que o conceito do “comum” defende a destinação social fora do contexto de propriedade e que as práticas coletivas podem definir se algo é ou não comum. Assim, para além dos tradicionais espaços públicos, os espaços da esfera pública podem abrigar a experiência do comum, tanto na esfera política pública quanto na esfera social.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os resultados dizem respeito à análise das práticas pretéritas encontradas na Praça Costa Pereira (enquanto Largo - 1870 a 1896-; na transição entre largo e praça - 1896 a 1928-; e na implementação da praça - 1928 a 1932) e sua relação com as práticas contemporâneas sob a perspectiva do comum urbano (Quadros 2 e 3).



Quadro 2 - Categorias de práticas socioespaciais pretéritas e contemporâneas encontradas na Praça Costa Pereira e seu entorno.

Legenda de práticas socioespaciais	
Atividades Religiosas	Atividades religiosas na capela e entorno Procissões e festas religiosas passando pelo largo/prça Translado da imagem Nossa Senhora da Conceição para a Igreja Matriz
Atividades Culturais	Circo no largo/prça Eventos cívicos, desfiles, bandas de música na praça Festas ou eventos sociais e culturais na praça Carnaval de rua Atividade cultural privada em teatros, clubes
Atividades Recreativas	Recreação infantil Footing e namoro na praça Ida a praça para ouvir jogos esportivos em rádio
Atividades Habitacionais	Presença de moradores de rua
Atividades Insalubres	Depósito de lixo, fezes e animais mortos no largo
Atividades econômicas e laborais	Atividade de venda, compra, prestação de serviços, trabalho
Atividades tipicamente rurais (não urbanas)	Presença de porcos e outros animais soltos ou pastando
Atividades de atrito	Brigas, assassinatos, prisões, desordens, bebedeira Depredações e pichações
Atividade de ordem política	Comício, evento político, manifestação política
Atividade de trabalho doméstico	Busca de água no chafariz

Fonte: elaborado pelas autoras a partir da análise de periódicos disponibilizados pela hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital e visitas a campo (2021).

Quadro 3 - Recorrência de práticas socioespaciais encontradas nos quatro períodos de análise.

Práticas socioespaciais	Largo (1870-1896)	Transição (1896-1928)	Praça (1928-1932)	Contemporâneo 2019
Atividades Religiosas	●	○	○	○
Atividades Culturais	○	○	●	○
Atividades Recreativas	○	○	●	○
Atividades Habitacionais	○	○		●
Atividades Insalubres	●	○		
Atividades econômicas e laborais	●	●	●	●
Atividades tipicamente rurais (não urbanas)	○	○		
Atividades de atrito	○	●	○	○
Atividade de ordem política	○	○	●	●
Atividade de trabalho doméstico	○			

○ Pouco recorrente (nos periódicos ou visitas)

● Muito recorrente (nos periódicos ou visitas)

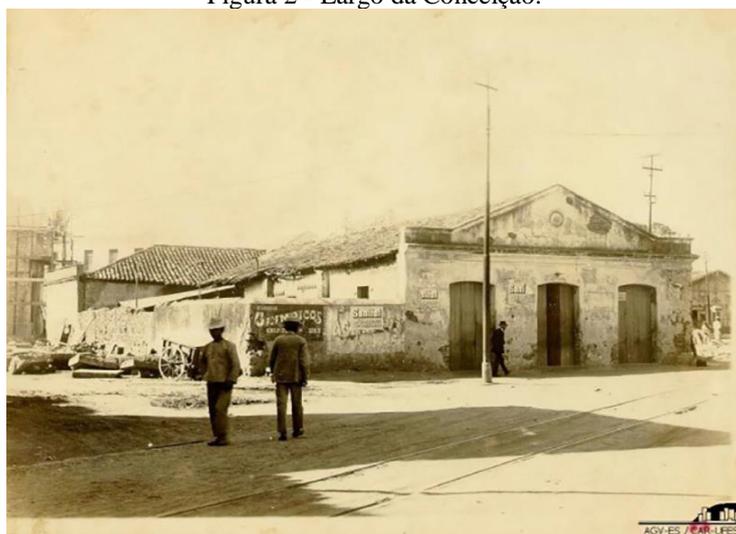
□ Ausente

Fonte: elaborado pelas autoras a partir da análise de periódicos disponibilizados pela hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital e visitas a campo (2021).



No período que antecede a inauguração da praça, a leitura dos periódicos revela a presença de um público humilde no largo, como pescadores e pessoas escravizadas e outros moradores que, sem a presença mais incisiva do Estado na ocasião, reforçam o caráter do comum urbano sob o ponto de vista das interações sociais em um largo desprovido de elementos segregadores de circulação urbana, como calçadas ou vias, ou de um desenho urbano mais rigoroso (Figura 2).

Figura 2 - Largo da Conceição.



Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória (s.d.). Disponível em: <<http://legado.vitoria.es.gov.br>>. Acesso em nov. 2017

Dentre as práticas identificadas no Largo da Conceição no século XIX (1870-1896), as de maior recorrência são as de caráter religioso, econômico e laboral e as insalubres, sendo que as duas primeiras categorias ainda se apresentam na contemporaneidade. Em menor abrangência, identificaram-se aquelas associadas à cultura, recreação, moradia (representada pela presença de pessoas em situação de rua), atividades rurais, de atrito, de ordem política e domésticas. A multifuncionalidade da área retrata a capacidade que os largos coloniais tinham de acolher, simultaneamente, a vida sacra e mundana, civil e militar, abarcando todos os elementos da estratificação social.

(...) era ali que a população da cidade colonial manifestava sua territorialidade, os fiéis demonstravam sua fé, os poderosos, seu poder, e os pobres, sua pobreza. Era um espaço polivalente, palco de muitas manifestações dos costumes e hábitos da população, lugar de articulação entre os diversos estratos da sociedade colonial (MARX, 1980, p. 22).

A presença de atividades de cunho doméstico sugere como eram tênues os limites que separavam propriedade pública e privada. Além disso, as práticas socioespaciais observadas no largo retratam, na sua condição cotidiana, coletiva e popular, a percepção do comum



urbano, onde havia, por exemplo, uma condição partilhada em favor da gestão do espaço que garantia sua destinação social, como se observou em relação à tentativa de se manter a capela de Nossa Senhora da Conceição em boas condições para as práticas religiosas, seja por parte dos fiéis ou de outros grupos de indivíduos que compartilhavam o mesmo desejo comunitário (Figura 3).

Figura 3 - Ocorrência que retrata a arrecadação de fundos para a reforma da Igreja de Nossa Senhora da Conceição.

**Collecta para uma egreja.**  
—A banda marcial *Caramurú* esmo-  
lará amanhã nas ruas da capital em  
beneficio das obras da egreja de N.  
S. da Conceição da Prainha.

Fonte: A Provincia do Espirito-Santo: Jornal consagrado aos interesses *provinciaes*, filiado à escola liberal (1887). Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=301582&pasta=ano%20188&pesq=%22prainha%22&pagfis=5841>>. Acesso em out. 2021.

Do ponto de vista morfológico, o período de transição (1896-1928) é marcado pela construção do teatro Melpômene (Figura 4) e demolição da capela de Nossa Senhora da Conceição da Prainha (Figura 5). Tal fato assinalou a intenção cultural com a área, despertando interesses comuns em favor das práticas religiosas e contra o controle do espaço pelo Estado. Atribui-se a essa mudança de caráter da localidade (de religiosa e popular para cultural) a intensificação das atividades de atrito. Contudo, apesar das transformações, ainda se faziam presentes práticas habitacionais, tipicamente rurais, insalubres e religiosas na área, ainda que de maneira menos expressiva.

Figura 4 - Teatro Melpômene.



Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves (s.d.). Disponível em:

<http://www.ijsn.es.gov.br/bibliotecaonline/Record/14762>>. Acesso em out. 2021.



Figura 5 - Ocorrência que aborda a demolição da Igreja de Nossa Senhora da Conceição.

À noticia da desapropriação da  
egrejinha do Largo da Conceição  
tem produzido pessima impressão  
no espirito dos fieis, que com seus  
esforços acabaram de reparar a  
das ruinas em que se achava.  
O espirito religioso vê na pro-  
jectada desapropriação um meio  
de dar realce ao theatro, em má  
hora construido junto da referida  
egreja, e interceptado o prolon-  
gamento da rua «Sete de Setem-  
bro.»

Fonte: Commercio do Espirito Santo (1896). Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=229687&pesq=%22Largo%20da%20Concei%C3%A7%C3%A3o%22&pagfis=5226>>. Acesso em out. 2021.

Na ocasião da inauguração da Praça Costa Pereira (1928-1932), as práticas relatadas nos periódicos tomaram novo sentido. O espaço era retratado de forma elitizada, povoado pela burguesia e pessoas do alto escalão do governo e suas respectivas práticas, que dialogavam com os ideais de modernização vigentes, caracterizados, sobretudo por práticas culturais e recreativas: namoros, *footing*, idas aos teatros, são algumas das práticas socioespaciais que exaltam e abraçam apenas uma faixa da sociedade que, se apropriando do lugar, tomam a cena (Figura 6). A reformulação morfológica induziu a praça a parâmetros mais excludentes que vão de encontro aos conceitos do comum, em espaço dotado inclusive de segregações nos modos de circulação, como indicavam os artigos 413, 440, 447, 448 do Código de Posturas (lei nº. 276 de 31 de dezembro de 1925) impedindo o trânsito de comerciantes ambulantes em praças e vias públicas e a entrada em jardins públicos por pessoas que não estivessem vestidas de acordo com o decoro público (PREFEITURA MUNICIPAL, 1926).

Figura 6 - Ocorrência que demonstra práticas de *footing* e namoro na Praça Costa Pereira.

Ao passarmos hontem pela pra-  
ça da Independencia, quando o  
*footing* era mais animado, juntos,  
num banco mais isolado, elle,  
aquelle moço moreno, dizia qual-  
quer cousa áquella mocinha meia  
loura e muito trefega. Ella res-  
pondia sempre.—Não..  
Depois, quando voltámos, ouvi-  
mol a dizer, mais risonha: — Sim,  
pois sim..  
Agua molle em pedra dura...

Fonte: Vida Capichaba (1931). Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=156590&pasta=ano%20192&pesq=%22prainha%22&pagfis=9733>>. Acesso em out. 2021.

No entanto, ainda são identificadas práticas associadas às atividades econômicas que, na verdade, vão ocorrer durante todo o recorte temporal da pesquisa e inclusive na contemporaneidade, como a presença de comércios e prestações de serviços formais e informais. Cabe ressaltar que outras práticas, de caráter mais popular como o carnaval de rua, ainda são identificadas como persistências, mesmo diante de um cenário elitista e segregador. Assim, apesar do forte caráter elitista, indica-se a resistência do comum na praça, mesmo que de forma mais esporádica, pois ainda se observa a presença de práticas socioespaciais diversificadas e conflituosas, que resgatavam a destinação social da área, retomando a possibilidade do desfrute coletivo do local e exibindo os conflitos existentes na própria cidade em seu processo de reformulação (Figura 7).

Figura 7 - Festa da Primavera em 1927 na Praça Costa Pereira.



Fonte: Fábio Pirajá (2013). Disponível em:

<<https://www.facebook.com/photo/?fbid=10201099845192577&set=oa.668560756506255>>. Acesso em out. 2021.

Finalmente, de uma maneira geral, as práticas contemporâneas (2019), identificadas em visitas de campo, se fragilizaram em relação ao caráter elitista supracitado, fortalecendo-se com práticas mais populares, fortemente associadas às atividades econômicas, sobretudo comerciais. Apesar de ainda existir uma dinâmica relacionada ao lazer privativo em teatros e restaurantes do entorno - que também dão vivacidade urbana ao local-, percebeu-se a condição da praça enquanto local de passagem e permanência nos dias atuais, detentora das mais diversas práticas, inclusive habitacionais. A presença de pessoas em situação de rua, por exemplo, parece se contextualizar em situação harmônica com a atual dinâmica urbana da



Praça Costa Pereira, onde a percepção do comum urbano se mantém presente, dada a multifuncionalidade e sociodiversidade da área.

Figura 8 - Praça Costa Pereira em 2019.



Fonte: Cecília Torezani (2019).

Há de se ressaltar, portanto, a forte relação das práticas contemporâneas àquelas de outrora no âmbito da esfera pública sob o ponto de vista da habilidade comunicativa, e mais especificamente, no âmbito do comum urbano, quando associado a práticas cotidianas desprovidas de privatizações e imbuídas de interlocução com sentido e desejo coletivos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo indicou que o conceito do comum se fez presente na Praça Costa Pereira por meio de práticas socioespaciais diversas ao longo da evolução da localidade, desde o primeiro momento analisado, referente à configuração da área quanto Largo da Conceição, quando era marcante a presença de práticas e públicos associados a camadas mais populares da população; passando por momentos de intensa transformação morfológica e social nas primeiras décadas do século XX, período em que as elites passam a ser observadas de forma mais intensa na praça, porém, sem exclusividade; até a contemporaneidade, quando o caráter popular volta a ganhar mais força.

A atmosfera do comum enquanto intenção partilhada pressupõe ação cotidiana verbal ou não verbal, mas que se apresenta conduzida por certa intenção de caráter comunitário no



que tange às práticas socioespaciais urbanas. Parece, pois, se tratar de uma condição específica pertencente a um panorama mais amplo, o da esfera pública.

Os resultados caminham na tentativa de supor que as práticas contemporâneas sejam persistências do caráter histórico do “comum” estabelecendo, de certa forma, a interlocução entre passado e presente, inserindo a Praça Costa Pereira como espaço potencial da esfera da vida pública da capital capixaba. Neste sentido, a espacialidade da esfera pública, ao que parece, pode ou não ser contemplada pela atmosfera do comum, a depender das relações ali estabelecidas.

## REFERÊNCIAS

- ARENDDT, H.. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- BOLLIER, D.. **Think like a commoner: a short introduction to the life of the commons**. Gabriola Island (CA): New Society Publishers, 2014.
- CANAL FILHO, P.. **Vitória Republicana: um salto para a modernidade, a história do ecletismo do Centro de Vitória contada por André Carloni, Josef Pitlik e a praça Oito de Setembro**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- DARDOT, P.; LAVAL, C.. Propriedade, apropriação social e instituição do comum. **Tempo Social**, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 261-273, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/103366>. Acesso em: 14 jul. 2021.
- DARDOT, P.; LAVAL, C.. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI**. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Editora Boitempo, 2017.
- HABERMAS, J.. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- HARDT, M.; NEGRI, A.. **Bem-estar comum**. Tradução Clóvis Marques, Rio de Janeiro: Record, 2016.
- MARX, M.. **Cidade brasileira**. São Paulo: Melhoramentos: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.
- PREFEITURA MUNICIPAL. Lei 276. **Diário da Manhã**: Órgão do Partido Constructor. Vitória, p. 10, 28 jan. 1926.
- QUEIROGA, E. F.. **Dimensões públicas do espaço contemporâneo: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros**. 2012. Tese (Livre Docência em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.



XIV ENCONTRO NACIONAL DE  
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM

**GEOGRAFIA**

EDIÇÃO ONLINE

10 À 15 DE OUTUBRO DE 2021

ISSN: 2175-8875

TONUCCI FILHO, J. B. M. ; CRUZ, M. M.. O comum urbano em debate: dos comuns na cidade à cidade como comum? | Urban commons in debate: from the commons in the city to the city as a common? **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 21, p. 487, 2019.